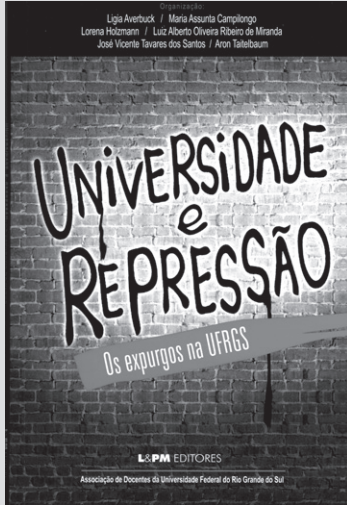


“O que houve em 1969 foi uma espécie de ‘poda’ da reflexão crítica dentro da universidade”, Maria da Glória Bordini

Dicas de livros

Universidade repressão – Os expurgos na UFRGS

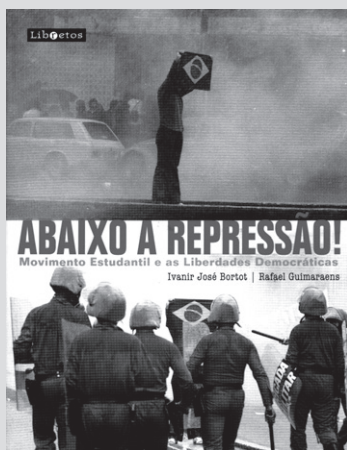
Organização e revisão Lorena Holzmann et al. 2ª edição, L&PM editores e Adufrgs, 104 págs., 2008. R\$ 25 (preço médio)



Relato dos acontecimentos relacionados aos ciclos repressivos sofridos pela Universidade. Em 1964 e 1969, alguns dos mais destacados professores da UFRGS foram vítimas de uma “caça às bruxas” e afastados de suas funções docentes. O livro faz um retrospecto desses acontecimentos, por meio de depoimentos dos expurgados e da reconstituição do clima vigente no ambiente universitário pós-golpe. Seu maior trunfo, além da exposição da arbitrariedade dos processos de cassação, é a denúncia do silêncio e da conivência da administração universitária da época.

Abaixo a repressão! Movimento estudantil e as liberdades democráticas

Ivanir José Bortot e Rafael Guimaraens, Libretos, 256 págs., 2008. R\$ 25 (preço médio)



Um dos primeiros livros a registrar a luta do movimento estudantil pela democracia no Rio Grande do Sul. Com fotos de época, depoimentos de militantes e entrevistas, apresenta um rico panorama sobre a agitação presente entre os estudantes, acompanhando o surgimento de diferentes correntes de esquerda e seus líderes, que teriam participação ativa na fase de redemocratização. Ao lado da coletânea de charges da época e das capas de vários jornais produzidos por estudantes, um dos aspectos mais instigantes da obra são as entrevistas com alguns dos personagens que viveram aqueles tempos.

A vida depois do expurgo

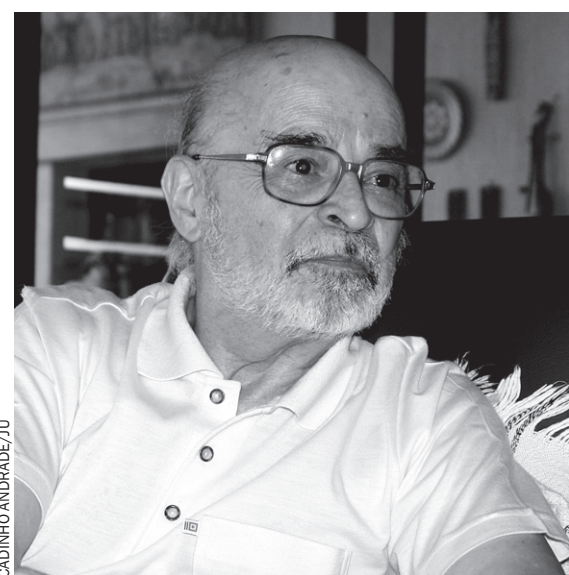
Os expurgos na UFRGS atingiram tanto professores catedráticos com carreiras consolidadas quanto jovens professores que haviam recém-iniciado a carreira docente. Classificados como subversivos por sua oposição ao regime militar, esses mestres viram suas carreiras bruscamente interrompidas. Uns se exilaram, outros foram buscar espaço na iniciativa privada, já que estavam impedidos de exercer qualquer função pública, outros, ainda, adoeceram e morreram afastados do que mais prezavam: o convívio com os estudantes no ambiente universitário. Quatro dos sobreviventes das cassações de 1964 e 1969 relatam sua trajetória depois das cassações e analisam as conseqüências dos expurgos para a Universidade.



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTRATO

Antônio de Pádua Ferreira da Silva – expurgado em 1964

“Formado em Matemática, eu era também jornalista e auditor fiscal da Receita Federal, além de professor contratado do Colégio Júlio de Castilhos e da Faculdade de Economia da Universidade. Desde 1945, tinha forte atuação partidária, tendo participado da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro e dos primeiros núcleos do Movimento Nacionalista do Brasil. Naquele tempo, existia a possibilidade de contratar professores e pagar por aula dada. Assim, todos os anos, lá pelo mês de março ou abril, meu contrato com a Universidade era renovado. Com o golpe de 64, a renovação não aconteceu, por isso não tenho um ato de expurgo, pois não havia um vínculo real na época. No Julinho, fui preso dando aula em 16 de abril de 1964 e tive os direitos políticos suspensos por 10 anos. Fui solto somente em 2 de junho e impedido de trabalhar. Fui punido também como aluno, pois estava cursando Engenharia na UFRGS, de onde fui expulso sumariamente. Em novembro de 1964, os agentes do regime militar realizaram uma operação para reprimir uma possível revolta envolvendo ex-alunos do Colégio Militar de Porto Alegre. Então fui novamente preso, desta vez em casa. Fui colocado numa cela para criminosos perigosos na Penitenciária Estadual por 15 dias. Quando me libertaram, perguntei ao delegado do Dops o motivo da prisão. A resposta dele: ‘Olha, parecia que ia estourar alguma coisa. E se estourasse o senhor iria para as cabeças. Então, nós lhe escondemos’. Tive duas oportunidades de sair do país, mas decidi permanecer no Brasil porque tinha sete filhos para criar. Talvez por conta da minha formação como matemático, sempre consegui racionalizar tudo e enfrentar a dureza daqueles tempos.”



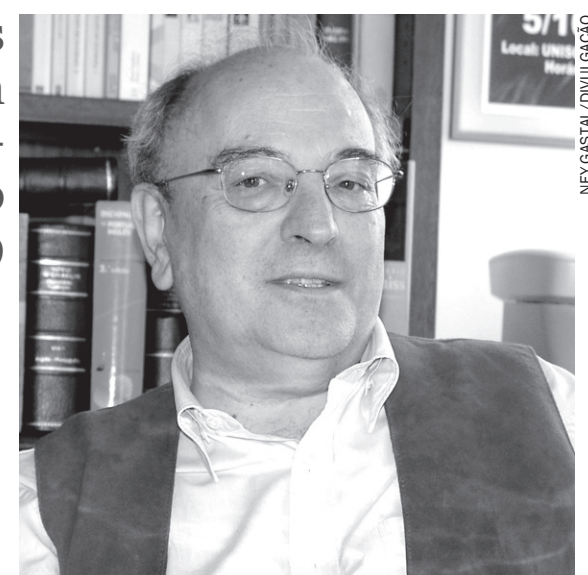
GADINHO ANDRADE/JU

Nelson Souza – expurgado em 1964

“Professor assistente do professor Edgar Graeff na Faculdade de Arquitetura, a mais atingida pela primeira leva de cassações, sou da terceira turma de arquitetos formada pelo Belas Artes e concluí o curso em 1951. Logo que estourou o golpe, fui intimado a comparecer perante a Comissão Interna formada na UFRGS. A primeira acusação era de que eu seria assinante de um jornal da classe operária do Rio de Janeiro. Na época, sequer existia a possibilidade de assinar um jornal carioca como aquele. Outra acusação era de que eu pertencia a um grupo subversivo cuja sigla meus inquiridores jamais nominaram. Para meu constrangimento, um dos integrantes da comissão interna nomeada para me investigar era meu colega da Faculdade de Agronomia. A Universidade como um todo sofreu uma violência moral, mas quem sofreu violência física e enfrentou a prisão foram os estudantes. O interventor do III Exército na Universidade, general Jorge Cezar Garrastazu Teixeira, logo que fomos expurgados, convocou cada um dos professores vitimados para uma conversa. A mim, perguntou se eu era marxista. Eu disse que não podia responder, porque não conhecia suficientemente o pensamento filosófico de Marx. Depois de expulso da Universidade, recomencei do zero, voltando a trabalhar somente em meu escritório de arquitetura. Um mês depois de minha saída, fui convidado a trabalhar no projeto do Hospital Mãe de Deus, indicado por um arquiteto e ex-colega da UFRGS. Confesso que não senti falta de dar aulas, porque o ambiente na faculdade havia mudado totalmente e meus melhores colegas também haviam sido afastados.”

“Era jovem e fiquei muito surpreso, porque não fazia um trabalho de oposição ao regime. Havia sido o primeiro da minha turma e, quando me formei, fui convidado a ser assistente do professor Gerd Borheim. Em paralelo, cursava a Faculdade de Direito, onde me graduei em 1968. Era de esquerda, mas não militava em nenhuma das organizações clandestinas da época. Minha atividade pública era muito focada nas questões internas do curso de Filosofia, no sentido de melhorar sua qualidade. Ali, sim, havia certo dissenso com algumas pessoas que integravam o departamento. Aquilo tudo me tornou uma pessoa muito mais politizada e interessada nas questões gerais do Brasil. Terminei me candidatando a uma bolsa do governo francês e fiquei naquele país durante quatro anos e meio, entrando em contato com o pessoal que fazia resistência ao regime no exterior. Quando retornei, consegui um emprego na assessoria parlamentar da Assembléia Legislativa. Naquele período (1974), o parlamento gaúcho era talvez a única instância legislativa que se arriscava a ter um fórum de debates marcadamente de esquerda sobre a situação nacional. Passei a ter uma relação estreita com os líderes da política rio-grandense e, com a abertura, integrei o PMDB, participando dos governos de Simon, Brito e Rigotto. A expulsão da UFRGS está na origem de uma espécie de divisão da minha trajetória de vida entre atividades acadêmicas e políticas. Minha volta à Universidade foi muito feliz, porque colegas como Valério Rohden e Aron Taitelbaum fizeram um movimento bonito de acolhimento.”

João Carlos Brum Torres – expurgado em 1969



NEY GASTAL/DIVULGAÇÃO

“Havia concluído o curso de Letras em 1968 e fazia parte de um grupo capitaneado pelos professores Ângelo Ricci e Dionísio Toledo. Esse grupo era composto pelos melhores alunos de teoria da literatura e se dedicava a um trabalho de difusão dessa área, que ainda era nova no Rio Grande do Sul. Fizemos traduções de textos teóricos e estabelecemos um convênio com a Editora Globo. Era um período nada tranquilo, no qual corriam boatos sobre espíões do governo frequentando a faculdade. O movimento estudantil era muito atuante, mas confesso que eu só queria ler e estudar. Quando houve aquele primeiro expurgo, tudo passou meio despercebido. As expulsões de 1969 nos fizeram entender a arbitrariedade da ditadura: ninguém sabia por que havia sido cassado, nem quem o acusara. Quando as tentativas de reintegrá-los falharam, resolvemos fazer um manifesto. Nem pensei nas conseqüências, certamente por desconhecer o que ocorria nas prisões. Assinei o manifesto muito mais por uma questão ética do que política. O reitor da época, Eduardo Faraco, encaminhou o manifesto ao III Exército, levando à intimidação dos signatários. Eu me recusei a retirar minha assinatura e terminei perdendo o emprego na UFRGS e também o de professora do estado. Mas fui convidada a trabalhar como secretária pessoal de José Otávio Bertaso, na Editora Globo, o que se revelou uma experiência muito rica. O que houve em 1969 foi uma espécie de ‘poda’ da reflexão crítica dentro da universidade, já que as pessoas cassadas não exerciam atividades políticas de oposição ao regime.”

Maria da Glória Bordini – expurgada em 1969



NEY GASTAL/DIVULGAÇÃO